

**Aula 14 - Profs. Bruno
Bezerra e Patrícia
Manzato**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025*

(Pós-Edital)
Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
15 de Julho de 2025
Manzato Moises

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

(ARTS. 1º A 51)

Sumário

Apresentação	1
O que é o Passo Estratégico?	5
<i>O que é mais cobrado dentro do assunto?</i>	7
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	7
Aposta estratégica	19
Questões estratégicas	22
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	29
Perguntas	29
Perguntas com respostas	30
Lista de Questões Estratégicas	2
Gabarito	5



APRESENTAÇÃO

Olá, caro Aluno e cara Aluna!

Este curso será ministrado a quatro mãos, pelos professores **Bruno Bezerra e Patrícia Manzato**.

Seguiremos juntos no **Passo Estratégico da Constituição do Estado do Paraná!**

Assim como você, já fomos concurseiros e podemos garantir uma coisa: todo o seu esforço será compensado. A aprovação em concurso público, num bom cargo, garante uma boa remuneração, estabilidade e uma ótima perspectiva de qualidade de vida.

Abaixo segue um pouco da nossa experiência profissional, acadêmica e de concurseiros:

Bruno Bezerra

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Legislação Tributária

Professor de pós-graduação da Faculdade Unyleya

Professor de Legislação Tributária e Direito Tributário

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Meu contato com os concursos começou aos 22 anos, depois de ter cursado Odontologia e de ter trabalhado 9 meses como dentista. Desde então, dediquei boa parte da minha vida ao mundo dos concursos - seja como concurseiro ou ajudando como mentor outras pessoas a mudarem de vida por meio dos estudos.

Aprovado em vários concursos de diversas bancas.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará

Pós-graduado em Direito Público com ênfase em Direito Tributário (Instituto de Ensino Superior de Fortaleza, IESF, Brasil)

Patrícia Manzato

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Constituições estaduais.

Professora de Discursiva, Língua Portuguesa e Redação Parlamentar.



Analista da Câmara Legislativa do DF - CLDF.

Aprovada em 17 concursos, das áreas de Tribunais, Legislativa e Policiais.

Mestre em Letras e Pós-graduada em Ensino de Língua Portuguesa, Redação e Literatura.

Graduada em Letras - Português / Alemão pela Universidade de São Paulo (USP) e em Tradução - Português / Inglês / Francês pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professora há 20 anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Redação / Discursiva, Língua Inglesa e Francesa, Empreendedorismo e Administração Geral.

Antes de ingressar no serviço público, fui também coordenadora pedagógica/franqueada no ramo de idiomas por 7 anos.

Este material é diferenciado e o aluno que se dedicar ficará muito próximo de seu objetivo final.

Estamos muito felizes em poder fazer parte da sua trajetória até a aprovação!

O conteúdo programático é focado no seu edital e ficaremos **adstritos aos conteúdos referentes a nossa matéria, Constituição Estadual do Paraná**, no que couber dentro da disciplina do previsto no edital.

Para acompanhar dicas diárias de estudo, estamos lá no **Instagram** sempre trazendo conteúdo para melhorar seu desempenho nos estudos! Também, postaremos dicas extras da matéria legislação tributária para Receita Federal. Siga-nos no Instagram:

Vamos Juntos!



Profª Patrícia Manzato



Prof Bruno Bezerra



Feitas as devidas apresentações, vamos ao trabalho.

"Destino não é uma questão de sorte, mas uma questão de escolha; não é uma coisa que se espera, mas que se busca." (**William Jennings Bryan**)



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em provas.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base de conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)



Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!



ANÁLISE ESTATÍSTICA

O que é mais cobrado dentro da disciplina?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a distribuição percentual conforme tabela abaixo.

Critérios da amostra de questões: anos 2020 a 2025; concursos de nível médio e superior.

Quantidade de questões da amostra: 34.

Tópico	% de cobrança
Constituição Estadual – Arts. 1º a 51	32,10%
Constituição Estadual – Arts. 52 a 226	68,9%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção. Deixamos claro que a proposta não é esgotar o tema, ok?

Nesta aula abordaremos os assuntos constantes dos arts. 1º a 51.

Vamos a eles:

1. Aspectos Introdutórios

Estrutura Geral: A CE/PR possui **259 artigos** divididos em **7 títulos**, além do "Ato das disposições constitucionais transitórias", que tem baixa relevância para a prova.

Conexão com a CF/88: Muitos dispositivos da CE/PR são semelhantes ou espelham a Constituição Federal de 1988 (CF/88), por isso faremos as remissões, quando necessário.

2. Autonomia e Repartição de Competências

Autonomia x Soberania:

Os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal, Municípios) são **autônomos**, não soberanos. Por sua vez, a **soberania** é uma característica exclusiva da **República Federativa do Brasil**.

A criação das Constituições Estaduais (CEs) faz parte da capacidade de **auto-organização dos Estados**. Essa autonomia **não é absoluta** e está limitada pelos princípios da CF/88, como a repartição de competências, o processo legislativo, os princípios da Administração Pública e os direitos e garantias fundamentais.

Competência Legislativa dos Estados:

É **residual ou remanescente**, ou seja, os Estados podem legislar sobre o que não for constitucionalmente atribuído à União ou aos Municípios.



A Constituição Estadual **não pode** tratar da organização municipal. Isso é função da *Lei Orgânica Municipal*, sob pena de violar o pacto federativo e a autonomia municipal.

3. Princípios Fundamentais (arts. 1º a 26)

Art. 1º – Princípios e Objetivos do Estado do Paraná:

O Estado do Paraná integra-se de forma **indissolúvel** à República Federativa do Brasil (não pode se separar) Proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

Objetivos do Estado do Paraná:

*Respeito à unidade da Federação e às Constituições (Federal e Estadual);
Defesa dos direitos humanos;
Combate à discriminação;
Garantia da aplicação da justiça (com **custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres**);
Busca do desenvolvimento e justiça social;
Prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas (modicidade significa justas e razoáveis, não gratuitas);
Respeito incondicional à moralidade e probidade administrativas;
Colaboração com outros entes;
Defesa do meio ambiente e qualidade de vida.*

Art. 2º – Soberania Popular:

É exercida por **sufrágio universal** (direito de todos os cidadãos votarem, sem restrições) e pelo **voto direto e secreto** (Eleitor escolhe diretamente seus representantes com sigilo), bem como por **plebiscito** (ocorre antes de uma decisão), **referendo** (ocorre depois de uma decisão) e **iniciativa popular**.

Esses instrumentos fortalecem a democracia semidireta (exercício do poder indireto por representantes e direto pela participação popular).

Art. 3º – Integridade Territorial:

A integridade territorial do Estado só pode ser alterada mediante aprovação da população (por **plebiscito**) e por **lei complementar federal**.



Capital e símbolos do Estado:

Capital do Estado: Curitiba

Pode ser mudada apenas por lei complementar e após consulta plebiscitária.

Símbolos do Estado: a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete.

CUIDADO: Moeda ou cultura, por exemplo, não são símbolos estaduais.

Art. 7º – Poderes do Estado:

São **independentes e harmônicos entre si**: o **Legislativo**, o **Executivo** e o **Judiciário**.

ATENÇÃO: No âmbito municipal, **NÃO** há Poder Judiciário.

É **vedado** a qualquer dos poderes delegar atribuições, salvo exceções.

Arts. 8º a 10 – Bens do Estado:

Incluem áreas em ilhas oceânicas e costeiras, ilhas fluviais e lacustres, terras devolutas (não pertencentes à União), águas superficiais ou subterrâneas (ressalvadas obras da União), e rendimentos de atividades/serviços e bens imóveis de seu domínio.

Terra devoluta: Área pública sem uso específico ou proprietário particular, administrada pelo Estado.

Uso, Alienação e Doação de Bens Imóveis:

Regra: Não podem ser doados nem cedidos gratuitamente, salvo em hipóteses específicas em lei.

Doação permitida para entes públicos sem fins lucrativos ou atividade econômica, ou para fins sociais, fundiários ou de interesse público, com autorização legislativa.

Uso gratuito admitido para eventos culturais, esportivos ou religiosos (até 120 dias), e instalação de ambientes de inovação.

Venda exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação (salvo exceções).

Serviços de gás canalizado: compete ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão (após licitação pública), os serviços locais de gás canalizado.



4. Organização Municipal (arts. 15 a 22)

Art. 15 – Autonomia Municipal:

Os Municípios gozam de autonomia nos termos da CF/88 e da CE/PR.

Art. 16 – Lei Orgânica Municipal:

Funciona como a "Constituição do Município", que é elaborada pela Câmara Municipal.

Requisitos para Criação e Alteração:

1. Votação em **dois turnos**, com **interstício mínimo de dez dias**.
2. Aprovação por **dois terços (2/3)** dos membros da Câmara.
3. **Promulgação pela Câmara Municipal**, observando os princípios da CF/88 e da CE/PR.

Preceitos que a Lei Orgânica deve atender:

Eleição de Prefeito, Vice-Prefeito (maiores de 21) e Vereadores (maiores de 18) para mandato de 4 anos, em pleito direto e simultâneo.

Reeleição para um único período subsequente do Prefeito ou de quem o houver sucedido/substituído.

Posse do Prefeito e Vice-Prefeito em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

Número de Vereadores proporcional à população.

Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal. Já o subsídio dos Vereadores fixado em **75%** do valor dos Deputados Estaduais.

A despesa total com remuneração dos Vereadores **não** pode ultrapassar **5% da receita do Município**.

Inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Julgamento do Prefeito é feito perante o **Tribunal de Justiça**.



Iniciativa popular de projetos de lei de interesse municipal, da cidade ou de bairros, pode ser apresentado com **pelo menos 5% do eleitorado**.

Poderes Municipais: **Executivo** (Prefeito) e **Legislativo** (Câmara Municipal) – independentes e harmônicos.

Art. 20 – Intervenção do Estado nos Municípios:

O Estado **não intervém** nos Municípios, salvo em situações muito particulares e taxativas:

Hipóteses de Intervenção:

*Deixar de pagar, sem motivo de força maior, por **dois anos consecutivos**, a **dívida fundada**.*

*Não prestar as **contas devidas**.*

*Não aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do **ensino** ou **serviços públicos de saúde**.*

O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios da CE/PR ou a execução de lei, ordem ou decisão judicial.

Procedimento da Intervenção:

- Decretada pelo Governador (de ofício ou mediante solicitação da Câmara Municipal/Tribunal de Contas, aprovada por **maioria absoluta** dos membros da Câmara).
- Sua execução depende de prévia apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa no **prazo de 24 horas**.
- Se a Assembleia Legislativa estiver em recesso, será convocada extraordinariamente em 24 horas.
- **Exceção:** No caso de representação do Tribunal de Justiça (inciso IV), a apreciação pela Assembleia Legislativa é dispensada.

5. Administração Pública (arts. 27 a 33)

Princípios da Administração Pública (Art. 27):



A administração pública (direta, indireta e fundacional) de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da CF/88 e da CE/PR.

Princípios Explícitos (LIMPE + CE/PR):

- Legalidade, Impessoalidade, **M**oralidade, **P**ublicidade, **E**ficiência (previstos na CF/88).
- Razoabilidade, Motivação, Economicidade (adicionalmente previstos na CE/PR).

Particularidades da Norma Estadual (Art. 27 e parágrafos):

Contratação Temporária (IX): Por tempo determinado, para necessidade temporária de excepcional interesse público. Exige teste seletivo (ressalvados casos de calamidade pública) e contrato com prazo *máximo de dois anos*.

Teto Remuneratório (XI):

O subsídio do Desembargador do TJ (90,25% do subsídio do Ministro do STF) para a maioria dos servidores. Membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradores e Defensores Públicos têm o limite máximo do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Acumulação Remunerada de Cargos Públicos (XVI):

Vedada, exceto quando houver compatibilidade de horários para:

- Dois cargos de professor.
- Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- Dois cargos privativos de médico (a CF/88 já atualizou para "profissionais de saúde com profissão regulamentada". Fique atento ao comando da questão!).

Licitações Públicas (XX, XXI, XXII):

Obrigatório processo de licitação. O órgão licitante deve estabelecer **preço máximo** das obras, serviços, compras e alienações.

Obras, serviços, compras e alienações contratados de forma parcelada com o fim de burlar a licitação serão considerados **atos fraudulentos**, passíveis de anulação e responsabilidade civil, administrativa e criminal.



Transparência e Publicidade (§2º): a administração direta, indireta e fundacional deve publicar semestralmente, no Diário Oficial, relatório das despesas com propaganda e publicidade, especificando os nomes dos veículos publicitários.

Participação do usuário (§4º): a lei disciplinará formas de participação, incluindo reclamações, acesso a registros administrativos e informações sobre atos de Governo, e representação contra negligência/abuso.

Servidor aposentado e acumulação (§10): o servidor aposentado que exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou for contratado para serviços públicos poderá perceber a remuneração dessas atividades cumulada com os proventos da aposentadoria.

Concursos Públicos (§11): **não** haverá **prova oral de caráter eliminatório**, ressalvada a prova didática para os cargos do Magistério.

Empresas contratadas (Arts. 29 a 32):

Nenhum servidor pode ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou com contrato com o Estado, sob pena de **demissão do serviço público**.

Empresas sob controle do Estado, autarquias e fundações devem ter, no mínimo, **um representante dos seus servidores na diretoria**.

O Estado está proibido de celebrar contrato com empresas que comprovadamente desrespeitarem normas de segurança, medicina do trabalho e preservação do meio ambiente.

A lei instituirá o registro obrigatório de bens e valores para quem assumir cargo, função ou emprego na administração pública.

6. Servidores Públicos Civis

Art. 33 – Conselhos e Remuneração:

A CE/PR determina a criação de **Conselhos de Administração e Remuneração** (com participação de servidores) e define critérios objetivos para fixação de vencimentos (complexidade, mérito, qualificação, isonomia). Adota o modelo de subsídio em parcela única para membros de Poder e carreiras estratégicas.



Direitos Assegurados incluem vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo, irredutibilidade, adicionais (noturno, insalubridade, tempo de serviço), licenças (maternidade, paternidade, aborto, natimorto), promoção por antiguidade e mérito, e jornada de até 40 horas semanais. Muitos desses direitos refletem o Art. 7º da CF/88.

Previdência:

- Regime próprio, caráter contributivo e solidário, alinhado à Reforma da Previdência (EC 103/2019).
- Idade Mínima: **62 anos para mulher e 65 anos para homem** (ATENÇÃO: não 60 anos para mulher, isso é uma pegadinha comum!), com exigência de **25 anos de contribuição**.
- Vedação de contagem fictícia de tempo de contribuição.

Estabilidade: Adquirida após **três anos** de efetivo exercício e exige avaliação especial de desempenho. O servidor só pode ser demitido por decisão judicial, processo administrativo com ampla defesa ou avaliação periódica.

7. Dos Militares Estaduais (Art. 45)

São militares estaduais os integrantes da *Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar*.

Acumulação de Cargos/Empregos Cíveis:

- Cargo/emprego público civil permanente: o militar da ativa será **transferido para a reserva**.
- Cargo/emprego/função pública civil temporária, não eletiva: Ficará **agregado** ao seu quadro; só poderá ser promovido por **antiguidade**; tempo de serviço contado apenas para aquela promoção e transferência para a reserva. Se o afastamento durar **2 anos ou mais** (contínuos ou não), será **transferido para a reserva remunerada**.

Vedações (Art. 45, §3º):

São **VEDADAS** ao militar estadual:

- Sindicalização.
- Greve.
- Filiação a partido político (enquanto em efetivo serviço).

Perda de Posto e Patente (Oficiais PM):



O oficial da Polícia Militar só perde o posto e a patente se for julgado **indigno do oficialato** ou com ele **incompatível**, por decisão do **Tribunal de Justiça** (em tempo de paz) ou de tribunal especial (em tempo de guerra). Isso também ocorre se for condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado.

Soldo da Classe Inicial de Soldado:

A Constituição do Paraná garante que o soldo (parcela da remuneração vinculada ao posto/graduação) da classe inicial de soldado **nunca será inferior ao salário mínimo** fixado em lei, assegurada a diferenciação decorrente do escalonamento hierárquico.

Embora a Súmula Vinculante nº 6 do STF permita remuneração inferior ao salário mínimo para praças prestadoras de serviço militar inicial, a CE/PR estabelece o mínimo para o Paraná.

Remuneração dos Militares Estaduais:

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Paraná percebem remuneração sob a forma de **subsídio, em parcela única**. Isso veda o acréscimo de outras verbas remuneratórias.

Direitos Aplicáveis aos Militares Estaduais (Art. 45, §8º e outros):

Aplicam-se alguns dos direitos dos servidores civis (ex: irredutibilidade, 13º vencimento, salário-família, férias anuais com 1/3, licença à gestante/paternidade, adicionais por tempo de serviço, assistência e previdência sociais, promoção por antiguidade e merecimento).

Têm direito a *foro competente* de primeira e segunda instâncias para julgamento de crimes militares, sendo a eles aplicada a **legislação penal militar**.

8. Da Segurança Pública (Arts. 46 a 51)

É dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Órgãos de Segurança Pública (Art. 46):

- **3P-1C:**
 - Polícia Civil (I).
 - Polícia Militar (II).
 - Polícia Penal (IV).
 - Corpo de Bombeiros Militar (V).





Polícia Científica (Art. 46, III): STF declarou **inconstitucional** sua inclusão como órgão de segurança pública (ADIn 2616), portanto, **não** integra formalmente o sistema estadual de segurança pública.

Guarda Municipal: os Municípios podem constituir guardas municipais (CF/88, art. 144, §8º) para proteção de seus bens, serviços e instalações. **NÃO integram os órgãos de segurança pública** (o rol do art. 144 da CF/88 é **taxativo**). Podem exercer poder de polícia de trânsito.

Defesa Civil (Art. 51): atua na prevenção de desastres, socorro e assistência aos atingidos, e recuperação de danos. Possui organização sistêmica e a coordenadoria estadual é vinculada ao Gabinete do Governador.

Vejamos um comparativo entre os órgãos de Segurança Pública:

Polícia Civil (Art. 47)	Polícia Militar (Art. 48)	Corpo de Bombeiros Militar (Art. 48-A)	Polícia Penal (Art. 50-A)
Instituição permanente	força estadual auxiliar e reserva do Exército	Instituição militar estadual Submete-se às mesmas regras dos militares estaduais e é força auxiliar do Exército	Instituição permanente e essencial à Segurança Pública
Dirigida por Delegado de Polícia (carreiras jurídicas do Estado)	Comandada por oficial da ativa do último posto do quadro de oficiais combatentes.		Dirigida por Policial Penal. Organizada em Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN)
Funções: polícia judiciária e a	Funções: Polícia ostensiva e	Funções: Coordenação e execução de atividades	Funções: Garantir a segurança dos



apuração de infrações penais (exceto as militares).	preservação da ordem pública (incluindo policiamento de trânsito, florestas e mananciais).	de defesa civil, prevenção a incêndios e desastres, combate a incêndio e desastres, prevenção de acidentes na orla marítima e fluvial, buscas, salvamentos, socorros públicos e atendimento pré-hospitalar.	estabelecimentos penais e de outros setores vinculados à execução penal (custódias provisórias, medidas cautelares diversas da prisão), excetuando as atribuições de polícia judiciária e apurações de infrações penais.
Remuneração por subsídio	Subordinada ao Governador do Estado	Subordinada ao Governador do Estado	Remuneração por subsídio



APOSTA ESTRATÉGICA

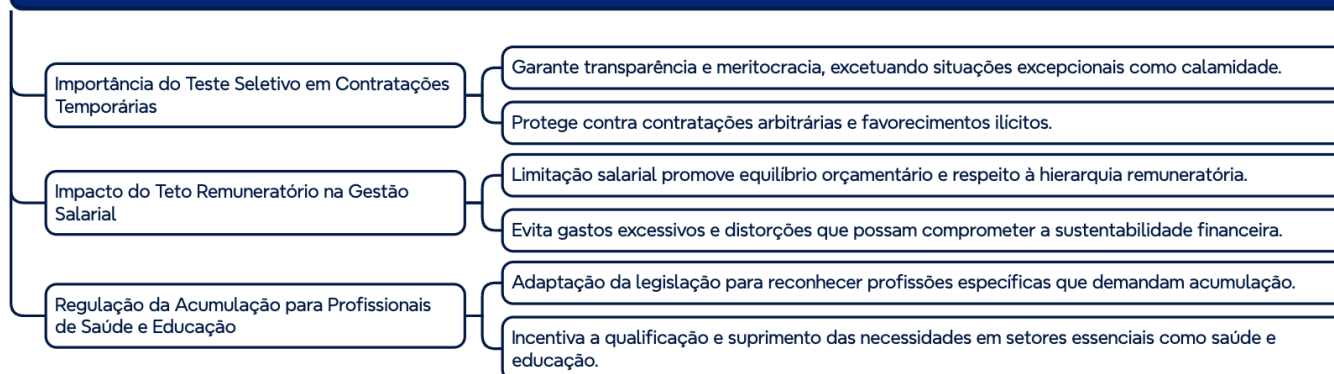
A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.



Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:

- **Administração Pública (Arts. 27 a 33, CE/PR)**

Controle e Limites na Administração Pública Estadual



Princípios Básicos da Administração Pública no Artigo 27

Princípios Explícitos da Constituição Federal e Estadual

Princípios da CF/88: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Princípios adicionais da CE/PR: Razoabilidade, Motivação e Economicidade.

Particularidades da Norma Estadual no Artigo 27 e Parágrafos

Contratação Temporária para Necessidade Excepcional

Contratos por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Exige a realização de teste seletivo, salvo em casos de calamidade pública.

O prazo máximo do contrato é de dois anos, assegurando temporariedade e controle.

Teto Remuneratório para Servidores Públicos

O subsídio máximo para a maioria dos servidores é o do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, equivalente a 90,25% do subsídio do Ministro do STF.

Membros de Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradores e Defensores possuem teto igual ao subsídio do Ministro do STF.

Garante equilíbrio salarial e evita distorções remuneratórias.

Regras sobre Acumulação Remunerada de Cargos Públicos

A acumulação remunerada é proibida, salvo para casos de compatibilidade de horários.

Exceções permitidas:

Dois cargos de professor.

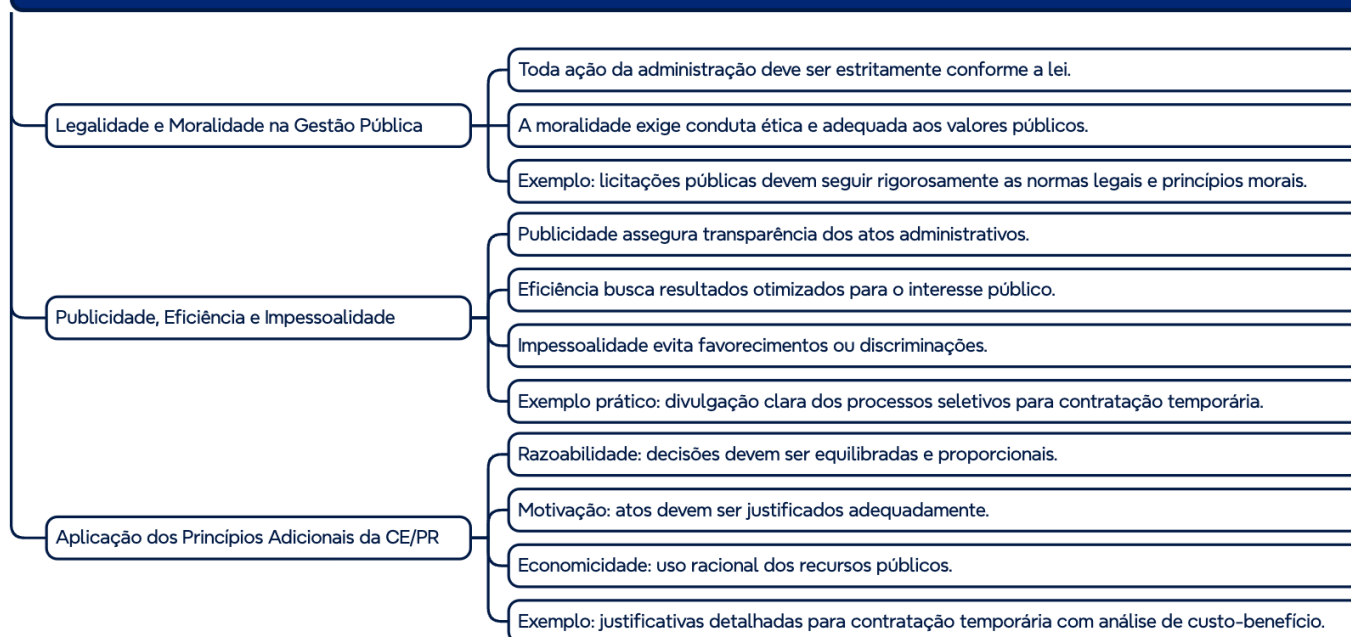
Um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico.

Dois cargos privativos de médico, ampliado para profissionais de saúde com profissão regulamentada.

A flexibilização atende a necessidades específicas e respeita a legislação federal.



Fundamentos e Aplicações Práticas dos Princípios



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. UEM / Técnico Administrativo / 2024

Conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, o que deverá ser observado para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório do servidor público?

- A) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- B) A valorização e a dignificação da função.
- C) A profissionalização e o aperfeiçoamento.
- D) A constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores, em consonância com critérios profissionais e éticos, especialmente estabelecidos.
- E) A remuneração adequada ao merecimento e indicação da chefia imediata do servidor que estiver no efetivo exercício da função.

Gabarito: Letra A

Comentários:

A questão traz o art. 33 da Constituição estadual:



Art. 33. O Estado e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

(...)

Logo, a única alternativa que coaduna com o dispositivo acima é a Letra A.

Vale destacar também o que traz a alternativa B: "valorização e dignificação da função" eram aspectos previstos na CE/PR, mas foram revogados mediante EC 07/2000.

Portanto, gabarito Letra A.

2. UEM / Técnico Administrativo / 2024

Assinale a alternativa que está em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná.

A) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.

B) O direito de greve do servidor público civil, estadual e municipal, será exercido mediante autorização prévia da autoridade judiciária competente.

C) As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira em casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei se destinam apenas às atribuições de gerenciamento.

D) É obrigatória a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

E) É garantido ao servidor público civil, estadual e municipal, o direito à livre associação sindical..

Gabarito: Letra E



Comentários:

A questão traz o art. 27 da Constituição estadual:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão;

V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil, estadual e municipal, o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratória para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;...

Logo, a única alternativa que coaduna com o dispositivo acima é a Letra E. Todas as demais alternativas realmente afrontam o dispositivo em comento.

Portanto, gabarito Letra E.

3. CEBRASPE / TCE-PR / Auditor / 2024

Cláudio, servidor público aposentado de uma autarquia do estado do Paraná, pretende candidatar-se a um cargo eletivo. Entretanto, antes da sua candidatura, deseja saber se é possível cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente de cargo eletivo.

Nessa situação hipotética, segundo a Constituição do Estado do Paraná, Cláudio, caso se candidate e se eleja,



A) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo apenas se este for cargo eletivo majoritário municipal, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente dos demais cargos eletivos federais, estaduais e municipais.

B) terá direito de cumular, enquanto durar o exercício do mandato, o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do exercício do cargo eletivo, qualquer que seja ele, observado o teto remuneratório máximo constitucional.

C) terá direito ao recebimento da remuneração decorrente do cargo eletivo, qualquer que seja ele, mas será suspenso o provento da sua aposentadoria enquanto durar o exercício do mandato.

D) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo, desde que este seja cargo eletivo majoritário, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente de cargo eletivo proporcional.

E) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo, desde que este seja cargo eletivo municipal ou estadual, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente de qualquer cargo eletivo federal.

Gabarito: Letra B

Comentários:

A questão traz o art. 27, § 10, da Constituição estadual:

Art. 27 ...

§ 10 O servidor aposentado, no exercício de mandato eletivo, de cargo em comissão ou quando contratado para prestação de serviços públicos, poderá perceber a remuneração dessas atividades cumulada com os proventos da aposentadoria.:

Veja que a única alternativa que traz a literalidade do dispositivo é a Letra B.

4. MP-PR / Promotor / 2023

A Constituição Estadual do Paraná prevê, expressamente, hipóteses de intervenção estatal nos municípios. Assinale a alternativa incorreta:

A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

B) Não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.



C) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

D) Assegurar o cumprimento da ordem pública.

E) Quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Gabarito: Letra D

Comentários:

A questão traz o art. 20 da Constituição estadual:

Art. 20. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Note que a única alternativa que traz opção distinta do rol taxativo do Art. 20 é a Letra (D): “Assegurar o cumprimento da ordem pública” não é hipótese de intervenção estatal nos municípios.

Portanto, gabarito Letra D.

5. MP-PR / Promotor / 2023

Os imóveis do Estado do Paraná podem ser objetos de doação apenas em situações expressamente previstas na Constituição Estadual. Assinale a alternativa incorreta:

A) Para a União e outros estados, ou entes integrantes da Administração direta ou indireta, através de decreto executivo.



B) Mediante autorização legislativa, se o beneficiário for a União, outros Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou integrar-lhes a Administração direta ou indireta, desde que, neste último caso, não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição.

C) Através de autorização legislativa, para fins de assentamentos de caráter social e regularização fundiária.

D) Para entes da Administração Pública direta e indireta estadual, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado que não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição, ou serviço social autônomo, criado pela Administração Pública Estadual.

E) Para entidades de assistência social, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, desde que vinculado ao interesse público e social, mediante autorização legislativa..

Gabarito: Letra A

Comentários:

Questão atualizada! Temos que cuidar com ela.

A questão traz o art. 10 da Constituição estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de uso gratuito, exceto nos casos de: (Redação dada pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022)

I - doação: (Incluído pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022)

a) mediante autorização legislativa, se o beneficiário for a União, outros Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou integrar-lhes a Administração direta ou indireta, desde que, neste último caso, não explore atividade econômica, nos termos do Art. 147 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022)

b) mediante autorização legislativa, para fins de assentamentos de caráter social e regularização fundiária; (Incluído pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022)

c) entre entes da Administração Pública direta e indireta estadual, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado que não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição, ou serviço social autônomo, criado pela



Administração Pública Estadual; (Incluído pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022)

d) mediante autorização legislativa, para entidades de assistência social, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, desde que vinculado ao interesse público e social. (Incluído pela Emenda Constitucional 53 de 14/12/2022);

Note que a única alternativa que traz opção distinta do Art. 10 é a Letra (A): não há possibilidade de, "Para a União e outros estados, ou entes integrantes da Administração direta ou indireta, **através de decreto executivo**".

Portanto, gabarito Letra A.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual a diferença entre soberania e autonomia dos entes federativos? Como se exerce a soberania popular na CE/PR?
2. Quais são os símbolos oficiais do Estado do Paraná segundo a CE/PR? Qual a capital do Estado? Ela pode ser alterada?
3. Quais bens são considerados do Estado do Paraná?
4. O que é necessário para a criação ou alteração da Lei Orgânica Municipal?
5. A regra é a intervenção ou não do Estado nos Municípios? Em que hipóteses ela pode ocorrer?



6. Qual o teto remuneratório para a maioria dos servidores no Paraná?
7. É permitida a prova oral eliminatória em concursos?
8. Militares estaduais podem fazer greve ou se filiar a partidos políticos?
9. A administração pública direta, indireta e fundacional, em qualquer dos Poderes dos Estados e Municípios, deve obedecer aos princípios da (a), (b), moralidade, (c), razoabilidade, eficiência, motivação e (d). Além disso, a investidura em cargo ou emprego público exige aprovação prévia em (e) público, que pode ser de provas ou de provas e (f), conforme a natureza e complexidade do cargo. As (g) de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores de cargo (h), enquanto os cargos em comissão devem ser ocupados por servidores de (i), conforme critérios previstos em lei. Também é assegurado ao servidor público o direito à livre (j) sindical, e o direito de (k) será exercido nos termos de lei específica. Por fim, é vedada a (l) ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para fins de pagamento no serviço público.
10. A Constituição do Estado do Paraná organiza suas instituições de segurança pública em quatro principais corporações. A (a) Civil, conforme o Art. 47, atua como polícia (b), tendo como atribuição principal a apuração das infrações (c), sob a coordenação do delegado de polícia. Já a (d) Militar, estabelecida no Art. 48, é considerada força auxiliar e reserva do (e), com competência para o policiamento (f) e preservação da ordem pública. O (g) de Bombeiros Militar, disciplinado no Art. 48-A, também integra a reserva do Exército, sendo responsável por atividades como (h), salvamento, resgate e proteção civil. A (i) Legislativa, disposta no Art. 51-A, atua no âmbito do (j) Legislativo estadual, com o objetivo de garantir a segurança institucional da Assembleia Legislativa.

Perguntas com respostas

1. Qual a diferença entre soberania e autonomia dos entes federativos? Como se exerce a soberania popular na CE/PR?

Soberania é exclusiva da República Federativa do Brasil; os entes (Estados, DF, Municípios) possuem apenas autonomia.

A soberania popular é exercida por sufrágio universal, voto direto e secreto, plebiscito, referendo e iniciativa popular.



2. Quais são os símbolos oficiais do Estado do Paraná segundo a CE/PR? Qual a capital do Estado? Ela pode ser alterada?

São símbolos do Paraná: Bandeira, Hino, Brasão de Armas e Sinete.

A capital é Curitiba e ela pode ser alterada mediante lei complementar e consulta plebiscitária

3. Quais bens são considerados do Estado do Paraná?

São bens considerados do Estado do Paraná: ilhas fluviais e lacustres, terras devolutas, águas (exceto as da União), rendimentos e imóveis públicos.

4. O que é necessário para a criação ou alteração da Lei Orgânica Municipal?

Qualquer alteração na Lei Orgânica ou criação de uma nova é necessário seguir o rito de dois turnos de votação, interstício mínimo de 10 dias e aprovação por 2/3 dos vereadores.

5. A regra é a intervenção ou não do Estado nos Municípios? Em que hipóteses ela pode ocorrer?

A regra é a não intervenção, mas ela pode ocorrer nos seguintes casos:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

6. Qual o teto remuneratório para a maioria dos servidores no Paraná?

O teto remuneratório é o subsídio de Desembargador do TJ (90,25% do Ministro do STF).



7. É permitida a prova oral eliminatória em concursos?

Não é permitida, exceto prova didática para o Magistério.

8. Militares estaduais podem fazer greve ou se filiar a partidos políticos?

Não. Greve, sindicalização e filiação a partido são vedadas enquanto em serviço.

9. A administração pública direta, indireta e fundacional, em qualquer dos Poderes dos Estados e Municípios, deve obedecer aos princípios da (a), (b), moralidade, (c), razoabilidade, eficiência, motivação e (d). Além disso, a investidura em cargo ou emprego público exige aprovação prévia em (e) público, que pode ser de provas ou de provas e (f), conforme a natureza e complexidade do cargo. As (g) de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores de cargo (h), enquanto os cargos em comissão devem ser ocupados por servidores de (i), conforme critérios previstos em lei. Também é assegurado ao servidor público o direito à livre (j) sindical, e o direito de (k) será exercido nos termos de lei específica. Por fim, é vedada a (l) ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para fins de pagamento no serviço público.

Respostas sugeridas:

(a) legalidade	(g) funções
(b) impessoalidade	(h) efetivo
(c) publicidade	(i) carreira
(d) economicidade	(j) associação
(e) concurso	(k) greve
(f) títulos	(l) vinculação

10. A Constituição do Estado do Paraná organiza suas instituições de segurança pública em quatro principais corporações. A (a) Civil, conforme o Art. 47, atua como polícia (b), tendo como atribuição principal a apuração das infrações (c), sob a coordenação do delegado de polícia. Já a (d) Militar, estabelecida no Art. 48, é considerada força auxiliar e reserva do (e), com competência para o policiamento (f) e preservação da ordem pública. O (g) de Bombeiros Militar, disciplinado no Art. 48-A, também integra a reserva do Exército, sendo responsável



por atividades como (h), salvamento, resgate e proteção civil. A (i) Legislativa, disposta no Art. 51-A, atua no âmbito do (j) Legislativo estadual, com o objetivo de garantir a segurança institucional da Assembleia Legislativa.

Respostas sugeridas:

- | | |
|----------------|----------------------------|
| (a) Polícia | (f) ostensivo |
| (b) judiciária | (g) Corpo |
| (c) penais | (h) prevenção de incêndios |
| (d) Polícia | (i) Polícia |
| (e) Exército | (j) Poder |

Nosso estudo fica por aqui.

Grande abraço e bons estudos!



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. UEM / Técnico Administrativo / 2024

Conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, o que deverá ser observado para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório do servidor público?

- A) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- B) A valorização e a dignificação da função.
- C) A profissionalização e o aperfeiçoamento.
- D) A constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores, em consonância com critérios profissionais e éticos, especialmente estabelecidos.
- E) A remuneração adequada ao merecimento e indicação da chefia imediata do servidor que estiver no efetivo exercício da função.

2. UEM / Técnico Administrativo / 2024

Assinale a alternativa que está em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná.

- A) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- B) O direito de greve do servidor público civil, estadual e municipal, será exercido mediante autorização prévia da autoridade judiciária competente.
- C) As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira em casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei se destinam apenas às atribuições de gerenciamento.
- D) É obrigatória a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- E) É garantido ao servidor público civil, estadual e municipal, o direito à livre associação sindical..



3. CEBRASPE / TCE-PR / Auditor / 2024

Cláudio, servidor público aposentado de uma autarquia do estado do Paraná, pretende candidatar-se a um cargo eletivo. Entretanto, antes da sua candidatura, deseja saber se é possível cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente de cargo eletivo.

Nessa situação hipotética, segundo a Constituição do Estado do Paraná, Cláudio, caso se candidate e se eleja,

A) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo apenas se este for cargo eletivo majoritário municipal, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente dos demais cargos eletivos federais, estaduais e municipais.

B) terá direito de cumular, enquanto durar o exercício do mandato, o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do exercício do cargo eletivo, qualquer que seja ele, observado o teto remuneratório máximo constitucional.

C) terá direito ao recebimento da remuneração decorrente do cargo eletivo, qualquer que seja ele, mas será suspenso o provento da sua aposentadoria enquanto durar o exercício do mandato.

D) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo, desde que este seja cargo eletivo majoritário, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente de cargo eletivo proporcional.

E) poderá cumular o provento da sua aposentadoria com a remuneração decorrente do cargo eletivo, desde que este seja cargo eletivo municipal ou estadual, sendo vedada a cumulação de provento de aposentadoria com a remuneração decorrente de qualquer cargo eletivo federal.

4. MP-PR / Promotor / 2023

A Constituição Estadual do Paraná prevê, expressamente, hipóteses de intervenção estatal nos municípios. Assinale a alternativa incorreta:

A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

B) Não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.

C) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.



D) Assegurar o cumprimento da ordem pública.

E) Quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

5. MP-PR / Promotor / 2023

Os imóveis do Estado do Paraná podem ser objetos de doação apenas em situações expressamente previstas na Constituição Estadual. Assinale a alternativa incorreta:

A) Para a União e outros estados, ou entes integrantes da Administração direta ou indireta, através de decreto executivo.

B) Mediante autorização legislativa, se o beneficiário for a União, outros Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou integrar-lhes a Administração direta ou indireta, desde que, neste último caso, não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição.

C) Através de autorização legislativa, para fins de assentamentos de caráter social e regularização fundiária.

D) Para entes da Administração Pública direta e indireta estadual, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado que não explore atividade econômica, nos termos do art. 147 desta Constituição, ou serviço social autônomo, criado pela Administração Pública Estadual.

E) Para entidades de assistência social, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, desde que vinculado ao interesse público e social, mediante autorização legislativa..



Gabarito

GABARITO



1. Letra A
2. Letra E
3. Letra B
4. Letra D
5. Letra A





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.